Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010 Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

# Crise econômica, ofensiva neoliberal e a resistência dos trabalhadores: o duelo de classes na França entre 2008 e 2009

**Leandro de Oliveira Galastri***

**Resumo**: No intervalo compreendido entre os anos de 2008 e 2009 os trabalhadores franceses conviveram com forte avanço das medidas neoliberais em seu país. A sanção e aplicação da diretiva européia de flexibilização da jornada de trabalho de 36 horas e as novas políticas de precarização dos vínculos trabalhistas, devido a grande crise de finais de 2008, são alguns exemplos. Neste texto, procuramos analisar de maneira sucinta as conseqüências dessas medidas entre os trabalhadores, bem como as maneiras de intervenção, protesto e organização do proletariado francês.

**Palavras-chave**: França; luta de classes; sindicalismo; Política.

Trabalhadores franceses em greve geral de 2009

No país que já foi o centro da reorganização de várias representações do movimento comunista no imediato pós-guerra, os partidos revolucionários hoje não têm expressão muito maior do que em qualquer outro lugar do mundo. Sintomas de um permanente arrefecimento da luta de classes na França? Certamente não é o caso, se nos lembrarmos apenas dos episódios mais recentes de grandes mobilizações populares motivadas pela implantação de reformas neoliberais no país: levante dos jovens das periferias contra o aumento do desemprego e pelo combate à discriminação racial, em 2005 e 2006; paralisação geral dos serviços públicos e universidades contra a lei do Contrato do Primeiro Emprego (CPE), que precarizava o vínculo empregatício dos

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

jovens com menos de 26 anos, desencadeando marchas de protesto por toda a França em maio de 2006; adesão em massa dos transportes públicos à greve de outubro de 2007 contra a reforma da previdência de regimes especiais dos servidores, cujo texto de lei previa o aumento no tempo de contribuição de 37,5 para 40 anos.

Em meados de 2008 ocorria, mais uma vez, um dos mais ofensivos ataques neoliberais à classe trabalhadora francesa: a lei que instituía o fim do regime semanal de 35 horas, prevendo a possibilidade de aumentá-lo por meio da inclusão do chamado "repos compensateur" (repouso compensatório, o que no Brasil já é largamente utilizado com o nome de "banco de horas"), além de estabelecer a "livre" negociação salarial entre os trabalhadores e cada empresa. O critério para a quantidade de horas trabalhadas passava a ser "anualizado", ou seja, quantidade de horas **por ano,** o que permitia a variação da jornada semanal de acordo com os picos de produção. A lei fora aprovada em definitivo pelo Parlamento francês no dia 24 de julho de 2008, mas os partidos de esquerda recorreram ao "Conselho Constitucional", comissão de juristas (chamados "notáveis") que decide se uma a proposta de lei fere ou não as normas constitucionais. No dia 7 de agosto, os "notáveis" aprovaram o texto da lei em todos os itens fundamentais.

O aumento da flexibilização da repartição e contagem do tempo de trabalho, a partir de sua anualização, e o estabelecimento de negociação empresa por empresa, precariza as condições de trabalho e congela os salários dos trabalhadores franceses por conta da dificuldade de negociação. A negociação empresa por empresa passou a ocorrer mesmo naquelas onde não há nenhum sindicato que represente os trabalhadores. Nesse caso, a lei prevê que o acordo se faça com uma "comissão eleita de trabalhadores locais". É de se perguntar, de imediato, em que condições uma comissão de trabalhadores nesses moldes, sem nenhum respaldo sindical nem garantia no emprego, poderia negociar com os patrões, o que tal comissão poderia fazer além de se submeter à humilhação de ter a "proposta patronal" enfiada goela abaixo.

A lei francesa que pulveriza o teto semanal de 35 horas de trabalho surgira com o mesmo intuito específico do conjunto das reformas neoliberais que têm atacado a classe trabalhadora em todo o mundo nas últimas décadas: intensificar o lucro através da única forma geral possível, ou seja, aprofundando a extração de mais-valia. A substituição do pagamento de horas-extras por "tempo de descanso" é uma das mais cruas maneiras de assim proceder. Ao estender a jornada de trabalho e transformar as horas a mais trabalhadas em "direito de descanso posterior" ao invés de pagamento em dinheiro, o capital promove uma espécie de retrocesso nas relações de produção, na medida em que praticamente reinstitui o trabalho escravo. Não se trata, nesse caso, "apenas" de extração de mais-valia ao longo de uma jornada de trabalho pela qual o trabalhador recebe um salário específico, mas da institucionalização de um período durante o qual o trabalhador sabe que trabalha de graça. A diminuição progressiva da massa salarial é o principal mecanismo de elevação das taxas de lucro. Segundo a Comissão Européia, a parte relativa aos salários no cômputo geral do Produto Interno Bruto francês caiu em torno de 9,3% em 2007. O que significaria que de 120 a 170 milhões de euros passaram dos bolsos

dos trabalhadores para os dos grandes acionários. Some-se a isso a alta geral na Europa dos produtos de primeira necessidade, que teriam aumentado entre 5% e 48% no período de novembro de 2007 a janeiro de 2008 (HUSSON, 2007).

Do lado dos trabalhadores, a organização institucional para a luta não se faz pouco difícil. Naquele momento, um dos obstáculos era a chamada "posição comum", um documento assinado pelas maiores centrais sindicais da França (entre elas a histórica CGT), que pretendia regular a representatividade de seus sindicatos nos processos de negociação coletiva. O título do documento já era bem sugestivo de como pensam tais centrais: "*Posição comum de 9 de abril de 2008 sobre a representatividade, o desenvolvimento do diálogo social e o financiamento dos sindicatos"*. Tratava-se de uma espécie de "pacto social" entre tais centrais com o governo e as empresas, cujo objetivo seria conferir legitimidade aos acordos coletivos, considerando a "*negociação coletiva como um dos elementos essenciais do* ***diálogo social****"* (CGT, 2008)[1].

Naquela ocasião, como atualmente, seria conjunturalmente viável a reivindicação de aumento geral dos salários, para reverter o processo de queda do poder aquisitivo do conjunto dos trabalhadores? Ou a manutenção do critério semanal para cômputo da jornada de trabalho, para impedir o aumento da margem de manobra dos patrões sobre a jornada? Ou ainda a defesa incondicional do teto semanal de 35 horas? Tudo indica que sim, desde que os sindicatos se dispusessem a adotar uma postura mais ofensiva frente ao governo e às empresas, abandonando a chamada "posição comum" e canalizando de forma mais eficaz as insatisfações dos trabalhadores, transformando-as em força política. Embora as principais centrais sindicais francesas não tivessem adotado tal postura, nem por isso a tensão social deixou de permanecer crescente.

**A burocracia sindical na Europa**

Mas qual o problema dos sindicatos, afinal? "*No difícil contexto em que se tenta persuadir os assalariados de que não é o momento de apresentar suas reivindicações, eu considero essa jornada uma conquista*". Palavras de Bernard Thibault, secretário-geral da CGT francesa, para a TV francesa, ao iniciar a caminhada de 500 metros promovida por sua central e grupos afins em Paris, no dia 7 de outubro de 2008, para protestar por "um trabalho decente", conforme a palavra de ordem internacional da Confederação Sindical Internacional. No site desta Confederação podia-se ainda ler que "das Ilhas Fiji até o Alasca, os sindicatos se mobilizam no mundo todo com o objetivo de exigir mudanças na economia mundial, no momento em que a crise financeira ameaça a subsistência de milhões e milhões de pessoas..." (CSI, 2008). No caso de Paris, a ousadia desse peleguismo chegou a misturar o hino da Internacional e históricas canções de Victor Jara a estéreis palavras de ordem de "denúncia" por um dia, exigências inócuas quanto às condições de trabalho e salário e o mais completo silêncio quanto ao assunto "greve". A CGT francesa considerava que, naquela ocasião, uma greve seria ainda mais "penalizante" para o poder de compra dos trabalhadores. Postura típica para uma central dirigida por burocratas alinhados com a política de desregulamentação do trabalho e de implantação gradual e progressiva de

[1] Ver documento na íntegra em http://docsite.cgt.fr/1208771031.pdf

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

medidas neoliberais, na suposta defesa da manutenção e geração de empregos.

A postura da CGT, bem como a diretriz geral da CSI para aquele "dia mundial por um trabalho decente" deixava clara essa manobra deliberada com vistas à desmobilização da classe trabalhadora. A estratégia era responder à pressão das bases por meio da "organização" de atos que essa burocracia se esforçava por tornar estéreis, que não fossem muito longos nem no tempo nem no espaço, ganhar a simpatia dos setores pequeno-burgueses da mídia e, por conseqüência, legitimidade pública. Tais centrais sindicais procuravam, assim, tranqüilizar a vida do setor patronal em troca da permanência e reprodução de seus quadros burocráticos nas instâncias de negociação trabalhista. Tratava-se (e trata-se) sempre de evitar a radicalização das reivindicações dos trabalhadores, o que poderia representar um golpe de morte na burocracia. Por isso nenhuma menção à greve, por isso o frouxo e vago qualitativo "decente" para se referir a melhores condições de salário e trabalho.

Com relação às manifestações organizadas no dia 7 de outubro de 2008, é necessário observar que se tratava de uma expressão do sindicalismo conservador, e serve para nos lembrar da batalha constante que é necessário travar contra a burocracia sindical. Esta luta é tão importante quanto o próprio embate direto visando as contra-reformas neoliberais, porque a burocracia, seja no âmbito sindical, partidário ou dos movimentos sociais, é a mais forte herança stalinista que se pode encontrar nesses meios. É tão conservadora quanto a própria concepção social neoliberal. Talvez pudéssemos mesmo afirmar que a burocracia sindical, de maneira particular, tornou-se um dos aspectos estruturais constitutivos da política econômico-social do neoliberalismo. Ela tem sido uma aliada inequívoca do patronato em meio ao processo de desregulamentação das leis trabalhistas, elaborando acordos por cima, evitando a consulta direta a assembléias de trabalhadores, promovendo mobilizações deliberadamente débeis e despolitizantes, como se pôde verificar no Brasil e no mundo por ocasião do Primeiro de Maio e do mesmo 7 de outubro daquele ano.

O caso europeu tem sido bastante ilustrativo. Um dos motivos pelos quais as burguesias e os Estados europeus necessitam da burocracia sindical é o projeto de uniformização do modelo neoliberal pelo continente, cuja tônica tem sido dada pela adoção, em cada país da União Européia, do conjunto das "Diretivas Gerais da União Européia", normalmente criadas e aprovadas pelo Parlamento Europeu. São diretrizes que prevêem, principalmente, um processo gradual de privatizações e desregulamentação do mercado de trabalho. Estão entre elas, por exemplo, a "Diretiva Bolkenstein" (que autoriza uma empresa registrada em um país da UE a prestar serviços em outro, permanecendo sob as leis do país de origem, o que permite a contratação de mão-de-obra nos países da UE onde os salários são menores, sem se submeter às leis de proteção social desses países) e a "Diretiva do Retorno" (que pretende intimidar a imigração, autorizando a detenção, por até 18 meses, de trabalhadores não-europeus que se encontrem ilegalmente na Europa), além da própria diretiva, discutida acima, que permite a extensão da jornada de trabalho semanal para até 65 horas.

Os trabalhadores mostravam reação. No dia 29 de janeiro de 2009,

aproximadamente dois milhões e meio de pessoas em toda a França, e mais de duzentas mil em Paris, saíram às ruas para protestar contra os efeitos da crise econômica. Com uma projeção oficial de desemprego para 2009 ameaçando atingir os 10% (veremos abaixo como esse percentual foi, de fato, atingido), as centrais sindicais francesas sentiram-se compelidas pelas suas bases a convocar uma greve geral no âmbito de um dia nacional de ação. Como seria de se esperar, nenhum apelo por parte dessas entidades para a continuidade da greve ou das ações de protesto. François Chérèque, secretário-geral da segunda maior central da França, a CFDT – Confederação Francesa Democrática do Trabalho – chegou a declarar em entrevista à televisão, dois dias após os protestos, que gostaria de ter adiado a manifestação, por não considerar ter sido esse o momento correto. Já Bernard Thibault, secretário geral da CGT, perguntado pelo Le Monde sobre a curiosa presença do Partido Socialista na passeata, respondeu que **"**é normal que os partidos de oposição estejam presentes em uma manifestação contra a política econômica do governo**"**, mas completou que **"**nenhum partido político poderá se aproveitar desta jornada de ação**" (**Le Monde, 2009). Já para François Chérèque, não deveria haver **"**confusão de papéis**"** entre partidos e sindicatos.

**O medo da radicalização**

O comentário dirigido ao PS, mas estendido para todos os partidos políticos (em sua imensa maioria, apenas partidos que se reivindicam da esquerda socialista estavam nas ruas) traduzia o medo que os dirigentes burocratas dessas centrais sindicais têm da politização do movimento. Medo de que o descontentamento passasse de uma etapa de reivindicações econômicas e salariais ainda pouco organizadas e sistematizadas para um nível superior de organização política e contestação radical da ordem econômica, etapa que questionaria com força a própria limitação que essas centrais tentavam impor às reivindicações dos trabalhadores.

A alusão da imprensa ao PS fora motivada por uma conjuntura específica daquela cena política francesa, em que tal partido se encontrava fissurado internamente e alguns de seus líderes tentavam radicalizar a oposição a Sarkozy. Não se poderia esperar do PS que organizasse as massas de trabalhadores em torno da contestação radical da atual ordem político-econômica[2]. De todo modo, as palavras dos dois dirigentes burocratas expressavam a já velha e universal opinião que, aparentemente, se preocupa com a possibilidade de "instrumentalização" dos movimentos populares pelo "oportunismo" dos partidos políticos mas que, no fundo, demonstra toda a resistência da burocracia sindical contra a hipótese de que as reivindicações dos trabalhadores se radicalizem e se emancipem dos grilhões pelegos das direções dessas centrais. Grilhões que, na ocasião, insistiam nas vagas palavras de "salários dignos", mas que evitavam qualquer menção à suspensão imediata das demissões.

[2] Trata-se, no caso, do Partido Socialista francês, de personagens atuais e antigos como Ségolène Royal, Lionel Jospin e François Mitterrand, que se pretende oposição de esquerda, mas defende um programa liberal sem grandes contrastes com a direita neoliberal. É o principal partido de oposição no parlamento francês. Fazendo uma comparação aproximada, poderíamos dizer que o PS é na França mais ou menos o que seria o Partido Democrata nos Estados Unidos, ou o PT do governo Lula no Brasil.

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

Por tudo isso, é necessário denunciar a burocracia sindical aos trabalhadores de forma incessante. Dizer o que ela significa e mostrar de que forma consegue se perpetuar nas direções de sindicatos e centrais sindicais. Trata-se de demonstrar como a burocracia sindical age por conta própria, por cima da classe trabalhadora e em total acordo com os empresários e grandes acionistas, porque para ela o mais importante é criar cargos e privilégios políticos e econômicos no interior das centrais e sindicatos, e reproduzi-los. É justamente contra a reprodução de tais estruturas que novas centrais de luta e resistência, das quais a Conlutas e a Intersindical são importantes exemplos brasileiros, são criadas pelos trabalhadores reunidos em novos processos de democracia operária. A burocracia sindical é a consolidação da hegemonia burguesa no seio da classe trabalhadora, e o consenso passivo, tácito, de grande parte dos trabalhadores é uma de suas fontes de subsistência. É por isso que se faz urgente, junto ao proletariado do mundo todo, um trabalho permanente de contra-propaganda, de denúncia e de convencimento da necessidade de uma mobilização independente que se oponha aos burocratas que se arrogam sua direção.

**A crise deflagrada em 2008**

A atual crise do capitalismo, que promete deitar seus efeitos sobre a economia mundial ainda nos próximos anos, manifestou-se naquele período na França de maneira muito pouco diferente das demais "potências" centrais. Anúncio do Ministério do Trabalho francês do dia 27 de novembro de 2008 revelava que naquele mês de outubro o país ultrapassava a barreira dos 2 milhões de desempregados, segundo dados oficiais do INSEE (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos), numa população ativa de aproximadamente 28 milhões de trabalhadores.[3] A ANPE (Agência Nacional Para o Emprego) informava que entre os meses de agosto e outubro 96200 pessoas haviam sido demitidas.[4] Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) a taxa de desemprego na França passaria dos 7,3% em 2008 para 8,2% em 2009, enquanto a atividade econômica sofreria uma contração de 0,4% (LE MONDE, 2008a).[5]

Diante do impasse, a equipe econômica de Sarkozy preparara um plano de socorro de 20 bilhões de euros aos setores automobilístico e da construção civil, considerados particularmente atingidos pela crise no país. Por meio de incentivos fiscais, o governo pretendia manter a demanda por automóveis, cujos estoques nos pátios dos construtores franceses chegavam a 1 milhão de veículos (nada muito diferente dos efeitos da crise no setor automobilístico norte-americano por exemplo, onde General Motors, Ford e Chrysler chegaram a solicitar um plano de ajuda de 25 bilhões de dólares ao Congresso americano, ameaçando com 3 milhões de demissões em caso de falência - segundo o Deutsche Bank, tal cenário elevaria a taxa de desemprego

[3] http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=0&ref_id=NATFPS03106 , acessado em 28/11/08.

[4] http://www.anpe.fr; acessado em 28/11/08.

[5] Na verdade, a taxa de desemprego na França alcançaria 9,5% em 2009, chegando a 9,6% em 2010. Ver "Desemprego atinge 9,5% na França, no segundo semestre de 2009", em http://www.bolsavalores.net/2009/09/04/desemprego-atinge-95-na-franca-no-segundo-semestre-de-2009/, e também "taxa de desemprego na França atinge 9,6%", em http://pt.euronews.net/2010/03/04/taxa-de-desemprego-em-franca-atinge-96-por-cento/.

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

nos Estados Unidos a mais de 8%, contra 6,5% em outubro) (Idem). No caso da construção civil, a idéia era realizar investimentos públicos nos canteiros de obra interrompidos. As empresas do setor anunciavam então um recuo de 6% em suas atividades para 2009, em comparação à 2008 (Idem).

A diminuição da produção em ambos os setores, automobilístico e da construção civil, teria por sua vez encadeado os efeitos da crise em direção a um terceiro ramo da produção francesa que emprega significativa parcela dos operários do país: a siderurgia. A grande produtora francesa e mundial de aço, ArcelorMittal, anunciou um plano de demissões voluntárias que visava a atingir o número de 1400 postos de trabalho em sua unidade matriz, em Dunquerque, norte da França. No total, seriam 9000 empregos suprimidos em todo o mundo na área administrativa e comercial, neste que é o maior grupo siderúrgico mundial, por conta da queda na demanda pelo aço. Apenas na Europa o grupo pretendia se desvencilhar de 6000 trabalhadores (LE MONDE, 2008b). Desde o início do segundo semestre de 2008 a siderúrgica tinha operado com uma redução de 50% em sua produção. Um operário entrevistado pelo jornal Libération mostrava bem a magnitude do que se passava: "a gente vê que vão parando as máquinas uma após outra: a oficina de prensagem e laminagem em dezembro, o alto-forno... suprimem o café, o açúcar, as fotocópias são racionadas. Enquanto isso, a empresa teve um lucro de 9 bilhões de euros desde o começo do ano!" (LIBERATION, 2008a).

A medida seguinte adotada massivamente pelas indústrias francesas foi o chamado "desemprego técnico", ou "desemprego parcial", que consiste no seguinte: uma empresa, ao invés de demitir seus empregados, entra com um pedido de "desemprego parcial" junto ao Estado. Aos trabalhadores "afastados" por esse recurso a empresa deve pagar o equivalente à metade de seus salários brutos por hora de "afastamento". O Estado, por sua vez, reembolsa a empresa por essa mesma hora paga para o "afastado". Para as empresas com mais de 250 empregados, o valor do reembolso é 2,13 euros por hora. Para as outras, 2,44 euros. Engenhosa solução governamental para indenizar os trabalhadores "afastados" com dinheiro dos próprios trabalhadores, já que a empresa é que acaba sendo indenizada com recursos públicos! Outro operário entrevistado pelo "Libération" demonstra que os trabalhadores sabiam muito bem do que se tratava: "É o gato que morde o próprio rabo: a coletividade vai me garantir o SMIC [salário mínimo], mas sou eu que financio a coletividade!" Para essa ajuda direta às empresas, o Ministério da Economia aumentaria o orçamento previsto para 2009. Naquele segundo semestre, várias empresas do setor automobilístico anunciaram semanas de desemprego técnico, entre elas Michelin-Roanne, Renault-Sandouville, Renault-Mans e Toyota-Valenciennes (LIBERATION, 2008b).

**Ainda para entender a crise...**

O pequeno exemplo setorial de como a queda na demanda de aço por parte da economia francesa e do resto do mundo acarretou problemas de excesso de capacidade produtiva na maior siderúrgica do país demonstrava, em micro-escala, o efeito cascata mundial. As grandes crises do capitalismo se espalham de maneira rápida por todo o circuito de valorização e realização do capital, ou seja, na rede de produção e circulação de mercadorias. Poderíamos, por exemplo, apresentar assim uma das

linhas de reprodução desta vasta crise: a superprodução de imóveis e automóveis vinculada ao crédito especulativo das instituições financeiras acabou por gerar um gargalo de consumo; em outras palavras, anos de diminuição real nos salários com vistas a aumentar os lucros, produção excessiva também com vistas a aumentar os lucros; consumidores que, com salários reduzidos, precisam de crédito para consumir, e bancos que se dispõem a fornecer tal crédito com o objetivo também de aumentar os lucros, seus e das empresas produtoras dos bens a serem consumidos, eis alguns dos ingredientes principais daquela catástrofe.

O crédito farto a juro muito baixo, gerado pelo próprio crescimento da economia americana no início dos anos 2000, ocasionara grande demanda por dinheiro nos bancos. O mercado imobiliário se expandiu, nesse caso, por conta não apenas da procura por casa própria, mas da procura por imóveis como forma de investimento. Os preços dos imóveis subiram. Tais imóveis, comprados como investimentos, eram hipotecados por seus proprietários em troca de mais empréstimos nos bancos, dinheiro usado para mais consumo. O preço dos imóveis atingiu um pico e começou depois a cair, fenômeno típico de superoferta. As hipotecas, então, se desvalorizaram. Os bancos já não tinham muito o que fazer com elas. Para compensar, aumentaram o valor das prestações dos empréstimos tomados antes pelos seus clientes. A inadimplência, assim, disparou. Por outro lado, com a queda abrupta no preço dos imóveis, a execução das hipotecas (ou seja, a expulsão de milhares de famílias das casas e a apropriação do imóvel pelo banco) também não garantiu o retorno dos empréstimos concedidos. Outro problema é que os bancos haviam repassado essas hipotecas para a cadeia do sistema financeiro, ou seja, outros bancos compraram as hipotecas dos primeiros bancos, e venderam para terceiros bancos e assim por diante, toda a cadeia esperando ganhar com os empréstimos iniciais concedidos ao clientes que queriam consumir ou investir em imóveis. Em outras palavras, os bancos americanos venderam esses títulos (hipotecas) para o sistema financeiro do mundo todo. Houve uma crise de superoferta, principalmente de imóveis no território americano, o preço de mercado caiu abruptamente e os empréstimos não retornaram, quebrando todo o sistema.

Com o sistema financeiro quebrado, os primeiros demitidos foram bancários, aos milhares na Europa, principalmente Suíça e Inglaterra. E com o mesmo sistema financeiro quebrado, cessaram-se os empréstimos à produção, o que gerou a recessão e mais desemprego, e daí a concretude da crise para o mundo da produção real. A rigor, pode-se dizer que se trata sim de uma crise de superprodução, superprodução associada (reciprocamente como causa e conseqüência) ao excesso de crédito por razões especulativas e, por conseguinte, de demanda por consumo. A um nível determinado, os preços despencaram (no caso específico, principalmente dos imóveis nos Estados Unidos), gerando todo o efeito em cadeia descrito acima.

Há um fator que, se não foi principal componente estrutural da crise, compõe-se todavia como um efeito a ser observado, que é a crise de confiança, ou seja, quem tem dinheiro fica com medo de emprestar ou investir, com medo do calote, ou da perda. Daí que quem tem ações começa a querer vendê-las o mais rápido possível e na maior quantidade possível, com medo de levar

Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010
Revista Espaço Acadêmico - Nº 108 - Maio de 2010

prejuízo no investimento, de ver quebradas as empresas cujas ações compraram. Por isso a queda livre nos índices das principais bolsas de valores do mundo, porque todo mundo quer vender, ninguém quer comprar e os preços desabam. E quem porventura tenha dinheiro pra investir não encontra investimento que considere seguro. Sequer pensa em comprar ações ou investir num sistema bancário extremamente fragilizado. E guarda o dinheiro "embaixo do colchão". Um colchão, aliás, que fica bem recheado, pois não se trata obviamente de gente com meia dúzia de dólares ou euros, mas da burguesia que tem concentrada nas suas mãos parte da mais-valia arrancada dos operários do mundo todo até o começo desta crise.

O problema chega rapidamente aos países pobres na forma da queda da demanda por seus produtos pela indústria dos países centrais, ou seja, o esfriamento de suas exportações, além da própria dificuldade de crédito para sua indústria local. Por conta da crise, há desaceleração do consumo nos países centrais, o que os faz importar menos, conseqüentemente prejudicando exportações como as do Brasil, por exemplo, relativas a commodities (produtos primários, como os agrários, grãos, soja, algodão, etc.) e a produtos de baixo valor agregado (industrializados com baixo emprego de tecnologia). Os preços desses exportáveis caem, forçando inclusive a desvalorização da moeda nacional para tentar torná-los mais atraentes para compradores internacionais. A sua indústria demite, seu setor exportador demite, e sua inflação aumenta por conta da desvalorização da moeda. É a (pesada) ponta do processo sempre sobre os ombros dos trabalhadores.

**... e os desafios que permanecem.**

Transcorrido já aproximadamente um ano do intervalo conjuntural analisado aqui, a situação não mudou perceptivelmente para os trabalhadores franceses. A taxa de desemprego, por exemplo, continua a mesma registrada em 2009, alcançado atualmente os 10%, ou 2,7 milhões de desempregados (LE MONDE, 2010). A luta para a superação deste quadro promete ser ainda árdua. A crise não dá sinais substantivos de recuo. Além de lutar contra as políticas neoliberais do governo Sarkozy, o setor organizado do proletariado francês tem ainda que escapar da inércia burocrática de suas principais centrais sindicais, desmobilizadoras e coniventes com o grande capital. Torçamos para que esses esforços ocorram, e que sejam bem sucedidos.

## Referências


CSI (Confederação Sindical Internacional). "Le 7 octobre, Journée mondiale pour le travail décent", 6 de outubro de 2008. Disponível em http://www.ituc-csi.org/le-7-octobre-journee-mondiale-pour.html?lang=en, acessado em 6/10/08.

HUSSON, Michel. "Trabalhar mais, para ganhar menos". **Le Monde Diplomatique Brasil**, 1 de abril de 2007. Disponível em http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=2101&tipo=acervo, acessado em 25/03/10.

LE MONDE, Paris, 06 de março de 2010. "10% le taux de chômage en France". Disponível em http://www.lemonde.fr/web/recherche_breve/1,13-0,37-1116802,0.html, acessado em 23/03/10.

LE MONDE, Paris, 27 de novembro de 2008a. "Plus de deux millions de chômeurs en France". Disponível em http://www.lemonde.fr/la-crise-financiere/article/2008/11/27/le-chomage-va-progresser-de-facon-reguliere-jusqu-a-la-fin-2009_1124239_1101386.html, acessado em 27/11/08.

LE MONDE, Paris, 28 de novembro de 2008b. "ArcelorMittal va supprimer 9000 emplois dans le monde". Disponível em http://www.lemonde.fr/la-crise-financiere/article/2008/11/27/arcelormittal-va-supprimer-9-000-emplois-dans-le-monde_1124045_1101386.html, acessado em 28/11/08.

LE MONDE, Paris, 29 de janeiro de 2009. "La présence du PS jugée 'normale' par les syndicats". Disponível em http://www.lemonde.fr/web/recherche_breve/1,13-0,37-1067864,0.html, acessado em 29/01/09.

LIBÉRATION, Paris, 27 de novembro de 2008b. "Des mesures à pratiquer dans les règles". Disponível em http://www.liberation.fr/economie/0101269158-des-mesures-a-pratiquer-dans-les-regles, acessado em 27/11/08.

LIBÉRATION, Paris, 27 de novembro de 2008b. "Un chômage partiel subventionné par l'Etat". Disponível em http://www.liberation.fr/economie/0101269162-un-chomage-partiel-subventionne-par-l-etat, acessado em 27/11/08.

* **LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI** é doutorando do departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas